

outros documentos que considere relevantes para o respetivo posto de trabalho. Será utilizado o método de avaliação curricular.

Os requisitos gerais de acordo com o artigo 17.º, Parte II, da Lei 35/2014, são: ser detentor, até a data limite para apresentação das candidaturas, de nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; ter 18 anos de idade completos; não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos legais exigidos: a posse da escolaridade obrigatória ou experiência profissional comprovada.

Dá-se preferência aos candidatos que tenham experiência profissional em Estabelecimentos de Ensino.

O método de seleção utilizado será o de avaliação curricular.

Serão selecionados os candidatos que, realizada a avaliação curricular (AC), obtiverem melhor média, aproximada às centésimas, pela aplicação da fórmula $AC = (HA + 4EP + 2FP)/7$, de acordo com os seguintes critérios:

1 — Habilitações académicas (HA):

1.1 — Escolaridade obrigatória — 18 pontos.

1.2 — Mais que a escolaridade obrigatória — 20 pontos.

2 — Experiência profissional na função pretendida (EP):

2.1 — A pontuação a atribuir corresponde ao número de dias de serviço no exercício das funções para as quais está aberto o procedimento concursal, sendo o tempo de serviço prestado nesta Escola contado a dobrar.

3 — Formação profissional (FP):

3.1 — Formação diretamente relacionada com a área funcional — 20 pontos por cada módulo de formação;

3.2 — Formação indiretamente relacionada com a área funcional — 5 pontos por cada módulo de formação.

Em caso de igualdade pontual será realizada entrevista de avaliação de competências.

Após a afixação da lista de ordenação final dos candidatos, o prazo de reclamação é de 48 horas.

Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o presente ano escolar.

Composição do júri:

Presidente: Paula Cristina Lopes Pereira Franco Preto — Subdiretora.

Vogais efetivos:

José Manuel Sendão Pereira — Adjunto de Diretor;

Maria Manuela Almeida Caçaço — Coordenadora dos Assistentes Operacionais.

19 de outubro de 2016. — O Diretor, *Jaime Manuel Alves dos Santos Carlos*.

209970083

Agrupamento de Escolas de Sabugal

Aviso n.º 13743/2016

Nos termos da alínea *a*) do n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, faz -se público que se encontra afixada na sala de professores, a lista de antiguidade do pessoal docente, deste Estabelecimento de Ensino, reportada a 31 de agosto de 2016. Da referida lista cabe reclamação a apresentar, pelos interessados, ao dirigente dos serviços, no prazo de trinta dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

31-10-2016. — O Diretor, *João Carlos Gonçalves Vila Flor*.

209981942

Agrupamento de Escolas de Santo António, Barreiro

Louvor n.º 486/2016

Enquanto diretora do Agrupamento de Escolas de Santo António, quero expressar público louvor à docente Maria Gertrudes Leitão Martins Matado, pela excelente competência evidenciada na forma como exerceu as suas funções de docente de Português e no apoio que deu à área das TIC, no Agrupamento de Escolas de Santo António.

28 de outubro de 2016. — A Diretora, *Maria Manuela Espadinha Cunha da Luz*.

209977382

Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga

Despacho n.º 13325/2016

Denúncia do contrato de trabalho em funções públicas

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi extinto o vínculo de emprego público, por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com a alínea *d*) do n.º 1, do artigo 289.º e n.º 1, do artigo 304.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do Professor do Quadro de Agrupamento do Grupo de Recrutamento 240, João Luís Dias Ribeiro, posicionado no 2.º escalão, índice 188, com efeitos a 30 de novembro de 2016.

27 de outubro de 2016. — A Diretora, *Maria do Rosário Pinheiro da Cruz Tavares*.

209976053

SAÚDE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13744/2016

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após conclusão do procedimento concursal comum, publicitado pelo Aviso n.º 4151/2016 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 28/03), foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2016, com Carlos Manuel Duarte Rios, para a ocupação de um posto de trabalho da categoria/carreira de assistente técnico, previsto no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, ficando o trabalhador posicionado na 1.ª posição remuneratória/nível remuneratório 5, da respetiva categoria/carreira, constantes do anexo II ao Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho.

2 — O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, conforme disposto no n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 1/2009), publicado no *Diário da República* n.º 188, 2.ª série, de 28 de setembro de 2009.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cláudia Sofia Coelho Fernandes Monteiro (Diretora de Serviços);

1.º Vogal Efetivo: Nuno Miguel Ramos Costa (Chefe de Divisão), que substituirá a presidente nas suas faltas ou impedimentos;

2.º Vogal Efetiva: Carla Maria Duarte Fernandes Vaz Lino (Assistente Técnica);

1.ª Vogal Suplente: Lúcia da Conceição dos Santos (Assistente Técnica);

2.º Vogal Suplente: Bernardino José Ramalho Farófia (Assistente Técnico).

28 de outubro de 2016. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.

209979723

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 13745/2016

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo de 16/08/2016 e nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Vânia Isabel Soares Nery da Silva, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria de Enfermeira, no ACES Almada Seixal, sendo que o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

22 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

209978273